

Luiz Rodrigues Wambier
Eduardo Talamini

Curso Avançado de PROCESO CIVIL

VOLUME 1

TEORIA GERAL DO PROCESSO E
PROCESSO DE CONHECIMENTO

15.ª EDIÇÃO
revista e
atualizada

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL

Volume 1

Teoria geral do processo e processo de conhecimento

15.^a edição revista e atualizada

Edição de transição entre o CPC de 1973 e o CPC de 2015

LUIZ RODRIGUES WAMBIER

EDUARDO TALAMINI

1.^a edição: 1998 – 2.^a edição: 1.^a tiragem: março de 1999; 2.^a tiragem: junho de 1999 – 3.^a edição: 1.^a tiragem: fevereiro de 2000; 2.^a tiragem: agosto de 2000; 3.^a tiragem: dezembro de 2001 – 4.^a edição: 1.^a tiragem: fevereiro de 2002; 2.^a tiragem: março de 2002 – 5.^a edição: 1.^a tiragem: setembro de 2002; 2.^a tiragem: março de 2003; 3.^a tiragem: maio de 2003 – 6.^a edição: 2004 – 7.^a edição: 1.^a tiragem: fevereiro de 2005; 2.^a tiragem: setembro de 2005 – 8.^a edição: 1.^a tiragem: março de 2006; 2.^a tiragem: abril de 2006; 3.^a tiragem: junho de 2006; 4.^a tiragem: setembro de 2006 – 9.^a edição: 1.^a tiragem: março de 2007; 2.^a tiragem: julho de 2007 – 10.^a edição: 1.^a tiragem: março de 2008; 2.^a tiragem: março de 2009 – 11.^a edição: 2010. 12.^a edição: 1.^a tiragem: outubro de 2011; 2.^a tiragem: março de 2012; 3.^a tiragem: julho de 2012 – 13.^a edição: janeiro de 2013 – 14.^a edição: 1.^a tiragem: fevereiro de 2014; 2.^a tiragem: maio de 2014; 3.^a tiragem: agosto de 2014.



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [03-2015]

Universitário (Texto)

Fechamento desta edição [06.03.2015]



ISBN 978-85-203-5800-9

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 15.ª EDIÇÃO	11
APRESENTAÇÃO À 14.ª EDIÇÃO	13
APRESENTAÇÃO À 13.ª EDIÇÃO	15
APRESENTAÇÃO À 12.ª EDIÇÃO	17
APRESENTAÇÃO À 11.ª EDIÇÃO	19
APRESENTAÇÃO À 10.ª EDIÇÃO	21
APRESENTAÇÃO À 9.ª EDIÇÃO	23
APRESENTAÇÃO À 8.ª EDIÇÃO	25
APRESENTAÇÃO À 6.ª EDIÇÃO	27
APRESENTAÇÃO À 5.ª EDIÇÃO	29
APRESENTAÇÃO À 4.ª EDIÇÃO	31
APRESENTAÇÃO À 3.ª EDIÇÃO	33
LISTA DE ABREVIATURAS	53
CAPÍTULO 1. TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	57
1.1 Direito material e direito processual	57
1.2 Direito privado e direito público	59
1.3 Classificações das normas jurídicas	60
1.3.1 Classificação quanto ao grau de obrigatoriedade das normas jurídicas	60
1.3.2 Classificação quanto à natureza das posições subjetivas por elas geradas	61
1.3.3 Características das normas processuais	62
1.3.4 Relevância da identificação das normas processuais	64
1.3.5 Normas processuais civis e direito intertemporal	64
1.4 Autonomia epistemológica do direito processual civil	66
1.5 Constituição e Processo	67

CAPÍTULO 2. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS.....	77
2.1 Noções preliminares	77
2.2 Informativos	78
2.2.1 Lógico.....	78
2.2.2 Jurídico.....	78
2.2.3 Político	79
2.2.4 Econômico.....	79
2.3 Fundamentais.....	79
2.3.1 Constitucionais	79
2.3.1.1 Inafastabilidade e universalidade da tutela jurisdicional ...	80
2.3.1.2 Devido processo legal	80
2.3.1.3 Contraditório, ampla defesa e duplo grau de jurisdição...	81
2.3.1.4 Juiz natural	82
2.3.1.5 Motivação das decisões	82
2.3.1.6 Publicidade	83
2.3.1.7 Razoável duração do processo	83
2.3.1.8 Efetividade do processo	84
2.3.1.9 Vedação das provas ilícitas.....	84
2.3.1.10 Assistência jurídica integral e gratuita	84
2.3.2 Infraconstitucionais.....	85
2.3.2.1 Dispositivo.....	85
2.3.2.2 Impulso oficial	85
2.3.2.3 Oralidade	86
2.3.2.4 Fungibilidade.....	87
2.3.2.5 Lealdade.....	88
2.4 Proporcionalidade.....	89
CAPÍTULO 3. JURISDIÇÃO.....	105
3.1 Histórico	106
3.2 Conceito e características essenciais.....	109
3.2.1 Substitutividade.....	109
3.2.2 Imperatividade	110
3.2.3 Imutabilidade	110
3.2.4 Inafastabilidade	111
3.2.5 Indelegabilidade	111
3.2.6 Inércia	111
3.3 Divisão da jurisdição.....	112
3.3.1 Comum e especial.....	112
3.3.2 Civil e penal.....	112

3.3.3	Contenciosa e voluntária.....	113
3.3.4	Interna e externa.....	114
3.4	Métodos extrajudiciais de solução de conflitos.....	114
3.4.1	Autotutela.....	115
3.4.2	Autocomposição.....	115
3.4.3	Mediação.....	115
3.4.4	Arbitragem.....	116
3.4.5	Julgamento por tribunal administrativo.....	116
3.5	Da jurisdição individual à jurisdição coletiva: a consolidação do chamado “processo coletivo”.....	117
CAPÍTULO 4. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA.....		131
4.1	Organização judiciária e Constituição Federal.....	132
4.2	Organização judiciária e Constituições Estaduais.....	132
4.3	Órgãos do Poder Judiciário.....	133
4.4	O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Superior Tribunal de Justiça.....	133
4.5	Tribunais Regionais Federais e juízes federais.....	133
4.6	Justiças especiais.....	134
4.6.1	Justiça do Trabalho.....	134
4.6.2	Justiça Eleitoral.....	135
4.6.3	Justiça Militar.....	135
4.7	Tribunais e juízes dos Estados.....	135
CAPÍTULO 5. COMPETÊNCIA.....		143
5.1	Conceito.....	143
5.2	“Competência” internacional.....	144
5.2.1	“Competência” exclusiva.....	145
5.2.2	“Competência” concorrente.....	145
5.3	Critérios para a determinação da competência.....	146
5.3.1	Fontes normativas da competência.....	146
5.4	A importância dos critérios.....	146
5.5	Utilização dos critérios.....	147
5.6	Critério territorial.....	148
5.7	Critério funcional.....	150
5.8	Critérios objetivos.....	151
5.8.1	Valor.....	151
5.8.2	Matéria.....	151
5.9	Competência relativa – Regime jurídico – Formas de impugnação.....	151
5.10	Competência absoluta – Regime jurídico – Formas de impugnação.....	153

5.11	Causas modificativas da competência.....	154
5.12	Conexão e continência.....	155
5.13	Prevenção.....	156
CAPÍTULO 6. AÇÃO E ELEMENTOS IDENTIFICADORES DAS AÇÕES.....		171
6.1	Teorias sobre o direito de ação.....	171
6.2	Conceito de ação.....	173
6.3	Elementos identificadores da ação.....	174
6.3.1	As partes.....	176
6.3.2	O pedido.....	177
6.3.3	A causa de pedir.....	177
CAPÍTULO 7. CONDIÇÕES DA AÇÃO.....		187
7.1	Noções gerais.....	187
7.2	Interesse processual.....	189
7.3	Legitimidade das partes.....	190
7.4	Possibilidade jurídica do pedido.....	191
CAPÍTULO 8. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES.....		201
8.1	Noções gerais.....	201
8.2	Classificação quanto ao tipo de provimento pedido pelo autor.....	201
8.3	Classificação das ações segundo a tutela requerida pelo autor no processo de conhecimento.....	202
8.3.1	Ações declaratórias.....	202
8.3.2	Ações condenatórias.....	203
8.3.3	Ações constitutivas.....	203
8.4	As ações mandamentais e executivas <i>lato sensu</i>	203
CAPÍTULO 9. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....		211
9.1	Noções gerais.....	211
9.2	A importância da distinção entre processo e procedimento.....	212
9.3	Tipos de processo.....	214
9.3.1	Processo de conhecimento.....	215
9.3.2	Processo de execução.....	216
9.3.3	Processo cautelar.....	217
9.4	Tipos de procedimento.....	218
9.4.1	Comum.....	218
9.4.1.1	Rito ordinário.....	219
9.4.1.2	Rito sumário.....	219
9.4.2	Especiais.....	224

CAPÍTULO 10. RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL.....	235
CAPÍTULO 11. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	241
11.1 Noções gerais.....	241
11.2 Pressupostos processuais de existência (jurídica)	242
11.2.1 Petição inicial (presença do autor)	242
11.2.2 Jurisdição	243
11.2.3 Citação (possibilidade de participação do réu)	243
11.2.4 Capacidade postulatória: apenas reflexamente é pressuposto de existência.....	243
11.3 Pressupostos processuais de validade	245
11.3.1 Petição inicial apta.....	245
11.3.2 Órgão jurisdicional competente e juiz imparcial.....	245
11.3.3 Capacidade de agir e capacidade processual	246
11.4 Pressupostos processuais negativos	247
11.4.1 Litispendência	248
11.4.2 Coisa julgada	248
11.5 Regime jurídico.....	249
11.6 Convenção de arbitragem como impedimento	249
CAPÍTULO 12. ATOS PROCESSUAIS.....	257
12.1 Conceito	257
12.2 Classificação	258
12.3 Forma – O princípio da instrumentalidade.....	258
12.3.1 Atos processuais por meio eletrônico	260
12.4 Publicidade	261
12.5 Atos das partes	261
12.6 Atos do juiz	264
12.6.1 Sentença	265
12.6.2 Decisão interlocutória	267
12.6.3 Despachos	268
12.6.4 Atos ordinatórios	270
12.7 Atos do escrivão.....	270
12.7.1 Atos ordinatórios.....	271
CAPÍTULO 13. A INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.....	283
13.1 Noções gerais.....	283
13.2 Invalidade do ato x invalidade do procedimento	284
13.3 Espécies	285
13.4 Diretrizes a respeito da invalidade dos atos processuais	287

CAPÍTULO 14. PRAZOS PROCESSUAIS.....	297
14.1 Noções gerais.....	297
14.2 Prazos processuais.....	297
14.3 Forma de contagem dos prazos.....	298
14.4 Prazos legais e prazos judiciais.....	299
14.5 Prazos dilatórios e prazos peremptórios.....	299
14.6 Prazos próprios e prazos impróprios.....	300
14.7 Regras gerais quanto à contagem dos prazos.....	301
CAPÍTULO 15. PRECLUSÃO.....	311
15.1 Noções gerais.....	311
15.2 Espécies de preclusão.....	312
CAPÍTULO 16. PARTES, CAPACIDADE PROCESSUAL, REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA.....	319
16.1 Partes – Conceito.....	319
16.2 Capacidade processual – Noções gerais.....	320
16.2.1 Capacidade processual – Características.....	321
16.3 Legitimidade.....	321
16.4 Representação e assistência.....	322
CAPÍTULO 17. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	329
17.1 Noções gerais.....	329
17.2 O Ministério Público como parte no processo civil individual.....	330
17.3 O Ministério Público como fiscal da lei.....	330
17.4 A atuação do Ministério Público como <i>custos legis</i> – Regras gerais.....	331
17.5 Estrutura do Ministério Público.....	331
17.6 Princípios.....	332
CAPÍTULO 18. SUCESSÃO E SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.....	339
18.1 Noções gerais.....	339
18.2 Substituição.....	340
18.3 Sucessão.....	341
18.4 Procuradores.....	342
CAPÍTULO 19. LITISCONSÓRCIO.....	347
19.1 Conceito.....	347
19.2 Justificativa.....	348
19.3 Tipos de litisconsórcio, segundo diferentes modos de classificação.....	348
19.3.1 Quanto à cumulação de sujeitos do processo.....	348
19.3.2 Quanto ao tempo de sua formação.....	348

19.3.3	Quanto à sua obrigatoriedade	349
19.3.4	Quanto ao alcance de seus efeitos	349
19.4	Litiscônsórcio facultativo	349
19.4.1	Hipóteses em que se pode formar o litiscônsórcio (facultativo) ..	349
19.5	Litiscônsórcio necessário	350
19.5.1	Litiscônsórcio necessário unitário e simples	350
19.6	Consequência da não formação de litiscônsórcio necessário	351
19.7	Regime jurídico do litiscônsórcio – Generalidades	352
19.8	Limitação do número de litiscônsortes facultativos	352
CAPÍTULO 20. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS		361
20.1	Noções gerais	361
20.2	Definição de terceiro	362
20.3	Justificativa da intervenção de terceiro em processo pendente	362
20.4	O interesse jurídico de terceiro. Assistência simples	363
20.5	Interesse jurídico equivalente ao da parte. Assistência litiscônsorcial	365
20.6	Espécies de intervenção de terceiro. Critério legal	366
20.7	Modalidades de intervenção de terceiro	366
20.8	Oposição	366
20.8.1	Conceito. Noções gerais	366
20.8.2	Terminologia	367
20.8.3	Pressupostos	367
20.8.4	Regime jurídico	367
20.8.5	Momento	368
20.8.6	Resposta dos réus-opostos	368
20.9	Nomeação à autoria	368
20.9.1	Conceito. Noções gerais	368
20.9.2	Finalidades	368
20.9.3	Terminologia	369
20.9.4	Hipóteses	369
20.9.5	Prazo	370
20.9.6	Possibilidades em face da nomeação	370
20.9.7	Obrigatoriedade	370
20.10	Denúnciação da lide	371
20.10.1	Conceito. Noções gerais	371
20.10.2	Estrutura	372
20.10.3	Hipóteses	372
20.10.4	Iniciativa	374
20.10.5	Regime jurídico	374

20.11 Chamamento ao processo.....	375
20.11.1 Conceito	375
20.11.2 Finalidade	375
20.11.3 Características.....	375
20.11.4 Hipóteses	376
20.11.5 Momento e efeitos.....	377
CAPÍTULO 21. PETIÇÃO INICIAL.....	395
21.1 Conceito	395
21.2 Elementos (“requisitos”)	396
21.2.1 Autoridade a que é dirigida.....	397
21.2.2 Partes e suas qualificações	397
21.2.3 Causa de pedir.....	400
21.2.4 O pedido.....	401
21.2.5 O valor da causa	401
21.2.6 As provas que serão produzidas	402
21.2.7 Requerimento de citação do réu	403
21.2.8 Encerramento	403
21.3 Emenda à inicial	404
21.4 Indeferimento da inicial.....	405
21.5 Sentença de improcedência “liminar”, nos termos do art. 285-A	408
CAPÍTULO 22. PEDIDO.....	419
22.1 Conceito	419
22.2 Classificação	420
22.2.1 Pedido imediato.....	420
22.2.2 Pedido mediato.....	420
22.3 Pedido: limitador da atividade jurisdicional	420
22.4 Certeza e determinação do pedido.....	421
22.5 Pedido genérico	422
22.6 Pedido cominatório	423
22.7 Pedido alternativo.....	424
22.8 Pedidos sucessivos.....	424
22.9 Pedido de prestações periódicas.....	425
22.10 Cumulação de pedidos.....	425
22.11 Aditamento ao pedido.....	427
22.12 Atualização monetária	427
CAPÍTULO 23. CITAÇÃO.....	435
23.1 Conceito	435

23.2	Efeitos da citação	436
23.3	O comparecimento espontâneo do réu	438
23.4	A pessoalidade	439
23.5	Local onde se realiza a citação	440
23.6	Circunstâncias em que a citação não se realiza	440
23.7	Classificação	441
CAPÍTULO 24. TUTELA ANTECIPADA		453
24.1	Noções gerais e requisitos	453
24.2	Diferenças e semelhanças entre tutela cautelar e tutela antecipada	456
24.2.1	Generalidades	456
24.2.2	Exequibilidade	459
24.3	Características da antecipação de tutela	460
24.3.1	Pedido. Iniciativa do autor. A regra do art. 273, § 6.º	460
24.3.2	Contexto procedimental	461
24.3.3	Veículo para a concessão da medida	462
24.3.4	Reversibilidade	463
24.3.5	Revogabilidade	463
24.3.6	Impugnabilidade	464
24.3.7	Tutela antecipada contra a Fazenda Pública	465
CAPÍTULO 25. RESPOSTA DO RÉU		481
25.1	Noções gerais	481
25.2	O direito de defesa	482
25.2.1	Classificação	483
25.2.2	O prazo para a resposta	484
25.2.3	Forma	486
25.3	Contestação	486
25.3.1	Noções gerais	486
25.3.2	Ônus da impugnação	487
25.3.3	Conteúdo da contestação	488
25.4	Exceções	491
25.4.1	Exceção de incompetência	492
25.4.2	Exceção de impedimento e de suspeição	493
CAPÍTULO 26. RECONVENÇÃO		505
26.1	Conceito	505
26.2	Autonomia da reconvenção	506
26.3	Pressupostos	506
26.4	Procedimento	508

CAPÍTULO 27. AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL, RECONHECIMENTO JURÍDICO DO PEDIDO E OUTRAS REAÇÕES POSSÍVEIS DO RÉU	515
27.1 Ação declaratória incidental	515
27.1.1 Conceito de ponto e questão.....	515
27.1.2 Questões prévias ou preliminares lato sensu.....	516
27.1.3 Função.....	516
27.1.4 Conceito	517
27.1.5 Pressupostos.....	518
27.1.6 Prazo	519
27.1.7 Procedimento	519
27.1.8 Diferenças da reconvenção	519
27.1.9 Iniciativa.....	520
27.1.10 Requisitos.....	520
27.1.11 Características	521
27.2 Reconhecimento jurídico do pedido.....	521
27.3 Outras reações possíveis do réu	522
CAPÍTULO 28. REVELIA.....	531
28.1 Conceito	531
28.2 Efeitos da revelia.....	532
28.3 Efeitos da revelia, em sentido amplo.....	533
28.4 Não ocorrência dos efeitos da revelia.....	533
28.5 Comparecimento posterior do revel	535
28.6 Alteração do pedido ou da causa de pedir.....	536
CAPÍTULO 29. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES	543
29.1 Reações possíveis do réu	543
29.2 Hipóteses em que deve haver providências preliminares.....	543
29.3 Providências preliminares.....	544
29.4 Especificação de provas (art. 324 do CPC).....	544
29.5 Defesas materiais indiretas (art. 326 do CPC)	545
29.6 Réplica do autor (art. 327 do CPC)	546
29.7 Outro caso de manifestação do autor.....	547
CAPÍTULO 30. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	551
30.1 Sentido do instituto	551
30.2 Hipóteses em que ocorre.....	551
30.3 Julgamento antecipado da lide.....	552
CAPÍTULO 31. TEORIA GERAL DAS PROVAS.....	559
31.1 Conceito	559

31.2	Prova, meio de prova e conteúdo da prova	560
31.3	Exceção – Prova legal.....	562
31.4	Atividade probatória – Finalidade.....	563
31.5	Objeto da prova	565
31.6	Fatos que independem de prova	565
31.7	Prova emprestada.....	567
31.8	Irrelevância da autoria das provas.....	568
31.9	Atividade do juiz.....	568
31.10	Ônus da prova.....	569
31.11	Fato negativo e negativa de fatos	572
31.12	Prova ilícita	572
31.13	Indícios, máximas da experiência e presunções absolutas e relativas	573
CAPÍTULO 32. PROVAS EM ESPÉCIE		589
32.1	Depoimento pessoal.....	589
32.1.1	Conceito.....	589
32.1.2	Sujeitos.....	590
32.1.3	Características: pessoalidade e indelegabilidade	590
32.1.4	Possíveis consequências do depoimento pessoal.....	591
32.1.5	Diferenças dos outros meios de prova	591
	32.1.5.1 Em relação ao meio testemunhal	591
	32.1.5.2 Em relação ao meio pericial	592
32.1.6	Espécies.....	592
32.1.7	Consequência do não comparecimento e da recusa em responder....	593
32.1.8	Modo de produção.....	594
32.1.9	Justa recusa de responder	595
32.2	Confissão	596
32.2.1	Conceito	596
32.2.2	Diferenças de outras figuras afins	596
32.2.3	Requisito	597
32.2.4	Classificação	597
32.2.5	Características	598
	32.2.5.1 Indivisibilidade	598
	32.2.5.2 “Divisibilidade”	598
	32.2.5.3 Irretratabilidade	599
	32.2.5.4 Anulabilidade (“revogabilidade”).....	599
32.2.6	Confissão por mandatário.....	599
32.2.7	Confissão real e ficta	600
32.2.8	Limitação.....	600

32.3	Prova documental	601
32.3.1	Conceito	601
32.3.2	Suporte e conteúdo do documento	602
32.3.3	Autoria	602
32.3.4	Classificação	603
32.3.5	Autenticidade	604
32.3.6	Indivisibilidade	606
32.3.7	Documento estrangeiro	606
32.3.8	Produção da prova documental	606
32.3.9	Arguição de falsidade	608
32.4	Exibição de documento ou coisa	609
32.4.1	Conceito	609
32.4.2	Classificação	610
32.4.3	Disposições comuns	612
32.5	Prova testemunhal	613
32.5.1	Conceito	613
32.5.2	Requisitos	613
32.5.3	Suspeitos	614
32.5.4	Impedidos	615
32.5.5	Classificação	616
32.5.6	Admissibilidade	616
32.5.7	Obrigações e direitos da testemunha	617
32.5.8	Procedimento da prova testemunhal	619
	32.5.8.1 Acareação	623
32.6	Prova pericial	623
32.6.1	Conceito	623
32.6.2	Classificação	625
32.6.3	Cabimento	625
32.6.4	O perito	626
	32.6.4.1 Escusa e responsabilidade	627
32.6.5	Honorários do perito	628
32.6.6	Procedimento	629
32.6.7	O laudo	631
32.6.8	Força probante da perícia	631
32.7	Inspeção judicial	632
32.7.1	Conceito	632
32.7.2	Objeto	632
32.7.3	Procedimento	633

32.7.3.1	Presença das partes	634
32.7.3.2	Documentação	634
CAPÍTULO 33. AUDIÊNCIA PRELIMINAR E DE CONCILIAÇÃO.....		651
33.1	Noções gerais	651
33.2	Hipóteses de aplicação	652
33.3	A questão dos direitos disponíveis	652
33.4	Quem deve comparecer	653
33.5	Utilidade da audiência	654
CAPÍTULO 34. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....		661
34.1	Conceito	661
34.2	Características.....	662
34.3	Atos que antecedem a audiência	663
34.4	Fases da audiência	664
34.5	Adiamento da audiência	668
CAPÍTULO 35. SENTENÇA		673
35.1	Noções gerais. Conceito.....	673
35.2	Sentenças processuais típicas.....	676
35.3	Sentenças processuais típicas e o art. 267 do CPC.....	677
35.4	Sentenças processuais atípicas e o art. 267 do CPC.....	680
35.4.1	Paralisação do processo por mais de um ano	680
35.4.2	Abandono da causa por mais de 30 dias.....	680
35.4.3	Perempção	681
35.4.4	Convenção arbitral	681
35.4.5	Desistência da ação	682
35.4.6	Ação intransmissível.....	682
35.4.7	Confusão entre autor e réu	683
35.5	Sentenças de mérito	683
35.5.1	Classificação	684
35.5.2	Elementos.....	685
35.5.3	O art. 269, II, III e V	687
35.5.4	Prescrição e decadência	688
35.6	Efeitos principais, anexos e secundários da sentença	688
CAPÍTULO 36. COISA JULGADA		701
36.1	Generalidades	701
36.2	Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	702
36.3	Momento de formação.....	702

36.4	Não fazem coisa julgada material.....	703
36.4.1	Razões de decidir	703
36.4.2	Sentenças processuais	704
36.4.3	Jurisdição voluntária	704
36.4.4	Processo cautelar	705
36.4.5	Relações continuativas	705
36.5	Figuras assemelhadas à coisa julgada.....	705
36.5.1	Noções gerais	705
36.5.2	Justiça da decisão	706
36.5.3	Eficácia preclusiva da coisa julgada	706
36.5.4	Princípio do dedutível e do deduzido	706
36.6	Limites objetivos da coisa julgada.....	707
36.7	Limites subjetivos da coisa julgada.....	707
36.8	Meios de impugnação	708
36.9	A questão da “relativização” da coisa julgada	709
CAPÍTULO 37. TEORIA GERAL DOS RECURSOS		721
37.1	Natureza jurídica	721
37.2	Finalidades.....	722
37.3	Espécies	722
37.4	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	723
37.5	Princípios inspiradores do sistema recursal brasileiro.....	726
37.5.1	Princípio da correspondência	726
37.5.2	Princípio da taxatividade	729
37.5.3	Princípio da unicidade (da singularidade ou da unirecorribilidade)...	729
37.5.4	Princípio da fungibilidade	730
37.5.5	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	731
37.5.6	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	731
37.6	Efeitos.....	731
37.7	Classificação	732
CAPÍTULO 38. APELAÇÃO		751
38.1	Noções gerais.....	751
38.2	Objeto – Sentença	751
38.3	Legitimidade	751
38.4	O que se denuncia.....	753
38.5	Interposição	754
38.6	Juízo de retratação	755
38.7	Conteúdo.....	756

38.8	Efeitos	756
38.9	Processamento em primeiro grau.....	757
38.10	Processamento em segundo grau	758
CAPÍTULO 39. RECURSO DE AGRAVO		771
39.1	Noções gerais – Cabimento.....	771
39.2	Nomenclatura	772
39.2.1	Agravo retido	772
39.2.2	Agravo de instrumento	774
39.3	Procedimento em primeiro grau de jurisdição.....	775
39.4	Procedimento em segundo grau de jurisdição	775
39.5	Juízo de retratação	776
39.6	Efeito suspensivo	776
39.7	Juízo de admissibilidade pelo relator	778
39.8	A regra geral da obrigatoriedade da forma retida	779
CAPÍTULO 40. EMBARGOS INFRINGENTES.....		795
40.1	Noções gerais	795
40.2	Admissibilidade	796
40.3	Objetivo	797
40.4	Efeitos	797
40.5	Procedimento.....	797
40.6	Exceção ao princípio da unicidade	798
CAPÍTULO 41. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO		805
41.1	Noções gerais	805
41.2	Objeto	806
41.3	Funções.....	806
41.4	Procedimento.....	807
41.5	Efeitos	808
CAPÍTULO 42. RECURSO ORDINÁRIO		815
42.1	Noções gerais	815
42.2	Competência e cabimento.....	816
42.3	Requisitos de admissibilidade.....	817
42.4	Legitimidade	818
42.5	Procedimento.....	819
42.6	Efeitos	820
CAPÍTULO 43. RECURSO ESPECIAL.....		825
43.1	Noções gerais acerca dos recursos extraordinários <i>lato sensu</i>	825

43.2	Cabimento	827
43.3	Prequestionamento	828
43.4	Procedimento.....	829
43.5	Efeitos	831
43.6	Recurso especial retido	831
43.7	Agravo contra a negativa de admissibilidade do recurso especial	832
43.8	Recursos repetitivos (julgamento “por amostragem”)	834
43.9	Embargos de divergência	837
CAPÍTULO 44. RECURSO EXTRAORDINÁRIO		855
44.1	Cabimento	855
44.2	Repercussão geral e procedimento relativo aos recursos extraordinários repetitivos	856
44.3	Prequestionamento	861
44.4	Procedimento.....	861
44.5	Efeitos	862
44.6	Recurso extraordinário retido	863
44.7	Embargos de divergência	863
CAPÍTULO 45. RECURSO ADESIVO		881
45.1	Noções gerais	881
45.2	Recursos que comportam a adesividade	882
45.3	Prazo.....	882
45.4	Regime jurídico.....	882
CAPÍTULO 46. REEXAME NECESSÁRIO.....		885
46.1	Noções gerais	885
46.2	Natureza jurídica	886
46.3	Hipóteses de cabimento	887
46.4	Procedimento.....	888
CAPÍTULO 47. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA VINCULANTE....		893
47.1	Uniformização de jurisprudência	893
47.1.1	Natureza jurídica	895
47.1.2	Efeitos	895
47.1.3	Quando pode ocorrer	895
47.1.4	Quem pode suscitá-la	896
47.1.5	Momento	896
47.1.6	Pressupostos – A questão de direito.....	896
47.1.7	Procedimento	897
47.2	Súmula vinculante	897

47.2.1	A previsão constitucional	897
47.2.2	A disciplina infraconstitucional	898
CAPÍTULO 48. AÇÃO RESCISÓRIA		911
48.1	Natureza jurídica	911
48.2	Objeto	912
48.3	Hipóteses de cabimento	913
48.4	Competência	920
48.5	Antecipação de tutela e medida cautelar em ação rescisória	921
48.6	“Sentença meramente homologatória” e atos de disposição de vontade	921
48.7	Legitimidade ativa	922
48.8	Peculiaridades processuais e procedimentais	922
48.9	Prazo para ajuizamento	924
CAPÍTULO 49. PROCESSO ELETRÔNICO		935
49.1	Panorama atual no cenário brasileiro	935
49.2	Regras aplicáveis aos processos que atualmente tramitam por meio físico	937
49.3	Regras aplicáveis aos processos eletrônicos	941
CAPÍTULO 50. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS		945
50.1	Competência	946
50.2	Capacidade processual	948
50.3	Procedimento: principais aspectos	949
50.4	Recursos e meios de impugnação	951
50.5	Execução	953
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES		957

Luiz Rodrigues Wambier
Eduardo Talamini

Curso Avançado de PROCESSO CIVIL

VOLUME 2
EXECUÇÃO

15.ª EDIÇÃO
revista e
atualizada

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL

Volume 2

Execução

15.^a edição revista e atualizada
Edição de transição entre o CPC de 1973 e o CPC de 2015

LUIZ RODRIGUES WAMBIER

EDUARDO TALAMINI

1.^a edição: 1998 – 2.^a edição: 1.^a tiragem: março de 1999; 2.^a tiragem: junho de 1999 – 3.^a edição: 1.^a tiragem: fevereiro de 2000; 2.^a tiragem: agosto de 2000; 3.^a tiragem: dezembro de 2001 – 4.^a edição: 1.^a tiragem: fevereiro de 2002; 2.^a tiragem: março de 2002 – 5.^a edição: 1.^a tiragem: setembro de 2002; 2.^a tiragem: março de 2003; 3.^a tiragem: maio de 2003 – 6.^a edição: 2004 – 7.^a edição: 1.^a tiragem: fevereiro de 2005; 2.^a tiragem: setembro de 2005 – 8.^a edição: 1.^a tiragem: março de 2006; 2.^a tiragem: abril de 2006; 3.^a tiragem: junho de 2006; 4.^a tiragem: setembro de 2006 – 9.^a edição: 1.^a tiragem: março de 2007; 2.^a tiragem: julho de 2007 – 10.^a edição: 1.^a tiragem: março de 2008; 2.^a tiragem: março de 2009 – 11.^a edição: 2010. 12.^a edição: 1.^a tiragem: outubro de 2011; 2.^a tiragem: março de 2012; 3.^a tiragem: julho de 2012 – 13.^a edição: janeiro de 2013 – 14.^a edição: 1.^a tiragem: fevereiro de 2014; 2.^a tiragem: maio de 2014; 3.^a tiragem: agosto de 2014.



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [03-2015]

Universitário (Texto)

Fechamento desta edição [11.03.2015]



ISBN 978-85-203-5802-3

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 15.ª EDIÇÃO	7
APRESENTAÇÃO À 14.ª EDIÇÃO	9
APRESENTAÇÃO À 13.ª EDIÇÃO	11
APRESENTAÇÃO À 12.ª EDIÇÃO	13
APRESENTAÇÃO À 11.ª EDIÇÃO	15
APRESENTAÇÃO À 10.ª EDIÇÃO	17
APRESENTAÇÃO À 9.ª EDIÇÃO	19
APRESENTAÇÃO À 8.ª EDIÇÃO	21
APRESENTAÇÃO À 6.ª EDIÇÃO	23
APRESENTAÇÃO À 5.ª EDIÇÃO	25
APRESENTAÇÃO À 4.ª EDIÇÃO	27
APRESENTAÇÃO À 3.ª EDIÇÃO	29
LISTA DE ABREVIATURAS	41

PARTE I

TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	45
1.1 Noção de sanção jurídica	45
1.2 Conceito de execução jurisdicional	47
1.3 Aprimoramento do conceito: distinção de outras figuras	48
1.4 Execução no quadro geral da jurisdição	51
1.5 Execução e cognição – Processo de execução e fase de cumprimento da sentença	52
1.5.1 Cognição e execução: sua reunião em um mesmo processo e sua separação em processos distintos	53

1.5.2	A mudança na diretriz original do Código de Processo Civil	55
1.5.3	O processo autônomo de execução (CPC, Livro II) e a fase de cumprimento da sentença condenatória ao pagamento de quantia (CPC, art. 475-J e seguintes, cf. Lei 11.232/2005)	55
1.5.4	Cognição “rarefeita” na execução	56
1.6	Aplicação subsidiária das regras do processo de conhecimento à execução	56
CAPÍTULO 2. REQUISITOS DA EXECUÇÃO		71
2.1	Incidência das regras gerais sobre pressupostos processuais e condições da ação	71
2.2	Requisitos específicos do processo de execução	72
2.3	Título executivo	73
2.3.1	Conceito e função	74
2.3.2	Natureza	74
2.3.3	Criação legislativa dos títulos executivos	75
2.3.3.1	Títulos executivos judiciais	76
2.3.3.2	Títulos executivos extrajudiciais	84
2.3.3.3	Alteração do rol de títulos executivos e direito intertemporal	91
2.4	Liquidez, certeza e exigibilidade	92
2.5	Inadimplemento	96
2.6	Inserção dos requisitos específicos da execução no regime dos pressupostos processuais e condições da ação	98
2.7	A ação de execução (inclusive, o requerimento de cumprimento da sentença)	99
2.8	Competência para executar	100
2.9	Cumulação de demandas executivas	103
CAPÍTULO 3. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA		123
3.1	Noções gerais e finalidade	123
3.2	Natureza jurídica	125
3.3	Características	126
3.4	Espécies de liquidação	127
3.4.1	Liquidação por artigos	127
3.4.1.1	Conceito de fato novo	127
3.4.1.2	Procedimento da liquidação por artigos	128
3.4.2	Liquidação por arbitramento	128
3.4.3	A antiga “liquidação por cálculo” (determinação do valor da condenação por simples cálculo)	129
3.4.4	Resultado igual a zero	132

CAPÍTULO 4. PARTES E TERCEIROS NA EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL. FRAUDES	143
4.1 As partes na execução	143
4.2 A posição jurídica do cônjuge do executado.....	150
4.3 Credor e devedor; exequente e executado; autor e réu	151
4.4 Litisconsórcio na execução	152
4.5 Intervenção de terceiros na execução	152
4.6 Responsabilidade patrimonial.....	154
4.6.1 Bens do devedor que não se submetem à responsabilidade patrimonial	155
4.6.2 Bens de terceiros submetidos à responsabilidade patrimonial.....	160
4.6.3 Fraude contra credores e fraude à execução.....	162
CAPÍTULO 5. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO	181
5.1 Introdução	181
5.2 Princípios setoriais da execução	182
5.2.1 Princípio da autonomia da execução	182
5.2.2 Princípio do título	182
5.2.3 Princípio da realidade da execução e da responsabilidade patrimonial	183
5.2.4 Princípio da disponibilidade da execução	183
5.3 Incidência na execução dos princípios gerais do processo civil.....	184
5.3.1 Princípio da máxima utilidade da execução.....	184
5.3.2 Princípio do menor sacrifício do executado.....	185
5.3.3 Princípio do contraditório	187
5.3.4 Balanceamento dos princípios: a execução equilibrada.....	188
CAPÍTULO 6. CLASSIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	197
6.1 Quanto à origem do título executivo	197
6.2 Quanto à estabilidade do título executivo	199
6.3 Quanto à natureza e ao objeto da prestação.....	203
6.4 Quanto à especificidade do objeto da prestação	204
6.5 Quanto à especialidade do procedimento em face de peculiaridades do direito material.....	204
6.6 Quanto à solvabilidade do devedor.....	205

PARTE II

PROCESSO DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO 7. PROCESSO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE: FASE INICIAL	221
7.1 Introdução	221

7.2	Estrutura procedimental.....	222
7.3	Petição inicial.....	223
7.4	Efeitos da propositura da ação executiva. A prescrição na execução. A possibilidade de averbação da pendência da execução em registros de bens do devedor. Incidência de honorários.....	227
7.5	Citação e possíveis condutas do devedor.....	230
7.6	Arresto (pré-penhora) de bens do devedor.....	233
CAPÍTULO 8. PROCESSO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE: PENHORA.....		247
8.1	A extinção da faculdade de nomeação de bens à penhora pelo devedor. A possibilidade de pleito de substituição da penhora.....	247
8.2	Parâmetros legais da penhora.....	253
8.3	Penhora: conceito, natureza, fins e efeitos.....	255
8.4	Objeto e extensão da penhora.....	257
8.5	Procedimento e aperfeiçoamento da penhora.....	257
8.6	Penhora de bens em outra comarca.....	262
8.7	Modificações da penhora.....	263
8.8	Hipóteses especiais de penhora.....	264
CAPÍTULO 9. PROCESSO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE: DEPÓSITO, AVALIAÇÃO E ALIENAÇÃO ANTECIPADA DOS BENS PENHORADOS.....		277
9.1	Depósito dos bens penhorados.....	277
9.2	Deveres do depositário.....	280
9.3	Direitos do depositário.....	285
9.4	Avaliação dos bens penhorados.....	286
9.5	Alienação antecipada dos bens penhorados.....	289
CAPÍTULO 10. PROCESSO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE: ALIENAÇÃO JUDICIAL MEDIANTE HASTA PÚBLICA E POR INICIATIVA PARTICULAR.....		299
10.1	Expropriação dos bens penhorados.....	299
10.2	Natureza da alienação judicial (ou arrematação).....	301
10.3	Conceito de arrematação ou alienação judicial.....	302
10.4	Espécies de hasta pública.....	302
10.5	Atos preparatórios da arrematação.....	303
10.6	Legitimidade para arrematar (condições subjetivas do rito de arrematação).....	308
10.7	Condições objetivas do rito de arrematação.....	309
10.8	Documentação e aperfeiçoamento da arrematação.....	312
10.9	Hasta pública eletrônica.....	316
10.10	Alienação por iniciativa particular.....	317
10.11	Evicção e vícios redibitórios.....	320

CAPÍTULO 11. PROCESSO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE: ADJUDICAÇÃO; USUFRUTO EXECUTIVO; ENTREGA DO DINHEIRO	331
11.1 Introdução	331
11.2 Adjudicação	332
11.3 Legitimidade para adjudicar (condições subjetivas da adjudicação)	333
11.4 Condições objetivas da adjudicação	334
11.5 Documentação da adjudicação (condições formais).....	336
11.6 Usufruto judicial (executivo)	337
11.7 Legitimidade para ser usufrutuário judicial (condições subjetivas)	338
11.8 Condições objetivas do usufruto	338
11.9 Condições formais (documentação do usufruto)	339
11.10 O administrador no usufruto judicial	339
11.11 Forma de satisfação do credor através do usufruto.....	339
11.12 Entrega do dinheiro ao credor	340
CAPÍTULO 12. PROCESSO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE: REMIÇÃO DA EXECUÇÃO E REMIÇÃO DE BENS – SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO.....	355
12.1 Remição da execução.....	356
12.1.1 Legitimidade.....	356
12.1.2 Momento para a remição da execução	356
12.1.3 O pagamento parcelado requerido no prazo de embargos	357
12.2 A extinção da remição de bens e sua substituição pela possibilidade de o cônjuge, o ascendente ou o descendente do executado adjudicarem	358
12.3 Suspensão e extinção da execução.....	359
12.3.1 Hipóteses de suspensão da execução previstas nos arts. 791 e 792.....	359
12.3.2 Algumas hipóteses de suspensão da execução não mencionadas nos arts. 791 e 792.....	362
12.3.3 Efeitos da suspensão da execução.....	363
12.3.4 Impossibilidade de ação autônoma, que discuta o crédito, suspender a execução	363
12.3.5 Hipóteses de extinção da execução previstas no art. 794	364
12.3.6 Hipóteses de extinção da execução não mencionadas no art. 794	364
12.3.7 Sentença de extinção da execução	366
CAPÍTULO 13. PROCESSO DE EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....	375
13.1 Introdução	375
13.2 Execução de obrigação de fazer	376
13.3 Execução de obrigação de não fazer	380
13.4 Multa processual.....	382
13.5 Conclusão	384

CAPÍTULO 14. PROCESSO DE EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA	393
14.1 Introdução	393
14.2 Execução para a entrega de coisa certa	394
14.3 Coisa alienada a terceiro depois de pendente a ação	397
14.4 Conversão em execução genérica	398
14.5 Benfeitorias indenizáveis	399
14.6 Execução para a entrega de coisa incerta	400

PARTE III

FASE DE EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS
(CUMPRIMENTO DE SENTENÇA; TUTELA RELATIVA A DEVERES DE FAZER,
NÃO FAZER E ENTREGA DE COISA)

CAPÍTULO 15. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ART. 475-J E SEGUINTE): PECULIARIDADES	411
15.1 O atual panorama da execução civil (em sentido amplo)	411
15.2 Multa por descumprimento da sentença – Requerimento de cumprimento..	414
15.3 Prescrição.....	416
15.4 Penhora.....	416
15.5 Depósito.....	417
15.6 Avaliação	418
15.7 Intimação da penhora	418
15.8 Alienação judicial e satisfação do credor	419
15.9 Remição da execução	420
15.10 Suspensão e extinção da execução	420
15.11 Recursos.....	420
15.12 Direito intertemporal	421
CAPÍTULO 16. TUTELA RELATIVA AOS DEVERES DE FAZER E DE NÃO FAZER (ART. 461) – A SENTENÇA SUBSTITUTIVA DE DECLARAÇÃO DE VONTADE (ART. 466-A A 466-C)	441
16.1 Introdução	441
16.2 Sentenças mandamentais e executivas.....	442
16.3 As razões da introdução do sistema de tutela previsto no art. 461.....	443
16.4 O sentido, na lei, de tutela específica e resultado prático equivalente	444
16.5 Eficácia mandamental de provimentos fundados no art. 461	445
16.6 Antecipação de tutela.....	447
16.7 Multa diária.....	447
16.8 As medidas autorizadas pelo art. 461, § 5.º. Conjugação de ordem (e coerção) com mecanismos sub-rogatórios.....	449
16.9 Resultado prático equivalente.....	450
16.10 Conversão em perdas e danos.....	451

16.11	Efetivação da sentença final	452
16.12	Âmbito de incidência do processo de execução de obrigações de fazer e não fazer	453
16.13	Sentença substitutiva de declaração de vontade (execução de obrigação de declaração de vontade)	454
CAPÍTULO 17. TUTELA PARA ENTREGA DE COISA (ART. 461-A)		469
17.1	A extensão do regime do art. 461 aos deveres de entrega de coisa (art. 461-A).....	469
17.2	Pretensões tuteladas pelo sistema do art. 461-A	470
17.3	Campo de incidência do processo de execução para entrega de coisa	470
17.4	Não cabimento de embargos à execução.....	470
17.5	Cabimento de embargos de terceiro	471
17.6	Aplicação subsidiária das regras do art. 461	471
17.7	Emprego de “medidas de apoio”	471
17.8	A ordem de utilização dos mecanismos sub-rogatórios e coercitivos.....	472
17.9	A individualização da coisa incerta	473
PARTE IV		
MEIOS DE DEFESA DO EXECUTADO E DE TERCEIROS		
CAPÍTULO 18. EMBARGOS DO EXECUTADO		485
18.1	Noção e natureza	485
18.2	Espécies de embargos do executado	486
18.3	Condições objetivas	489
18.4	Legitimidade. Intervenção de terceiros	491
18.5	Competência para julgamento dos embargos	494
18.6	Procedimento.....	494
18.7	Embargos à execução fundada em título judicial (matérias veiculáveis)	499
18.8	Embargos de retenção por benfeitorias	501
18.9	Embargos à adjudicação, à alienação e à arrematação (matérias veiculáveis)	503
18.10	Ausência de vínculo entre a penhora e os embargos à execução: consequências	504
18.11	Efeito da interposição dos embargos.....	506
18.12	Exceção de incompetência do juízo e de suspeição ou de impedimento do juiz da execução.....	509
18.13	Sentença dos embargos: eficácia e autoridade.....	509
CAPÍTULO 19. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....		527
19.1	Natureza da impugnação e seus efeitos sobre a execução	527
19.2	Requisitos	528

19.3	Legitimidade e intervenção de terceiros.....	533
19.4	Competência.....	533
19.5	Procedimento.....	533
19.6	Arrematação, alienação (por iniciativa privada), adjudicação e impugnação	536
CAPÍTULO 20. OBJEÇÃO À EXECUÇÃO (EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE)		549
20.1	Princípio do contraditório (recapitulação)	549
20.2	Matérias alegáveis	550
20.3	Eventual necessidade de instrução probatória	552
20.4	A denominação adequada: objeção à execução (em vez de “exceção de pré-executividade”)	553
20.5	O regime processual aplicável às defesas formuladas dentro da própria execução.....	553
20.6	O campo de emprego útil da objeção à execução.....	555
CAPÍTULO 21. AÇÕES AUTÔNOMAS DE DEFESA DO EXECUTADO.....		565
21.1	Introdução	565
21.2	Finalidades da demanda (discussão do crédito ou da validade da execução)	566
21.3	Momento de propositura e limites de cabimento da ação autônoma.....	567
21.4	Via processual	571
21.5	Eficácia sobre a execução – Possível emprego de medida urgente	572
CAPÍTULO 22. EMBARGOS DE TERCEIRO.....		579
22.1	Noção.....	579
22.2	Funções (cabimento). Matérias veiculáveis.....	580
22.3	Legitimidade	583
22.4	Momento de propositura. Cabimento de embargos de terceiro preventivos..	586
22.5	Competência.....	587
22.6	Efeito do recebimento	588
22.7	Procedimento.....	589
22.8	Sentença. Natureza, efeitos e autoridade	591

PARTE V

MODALIDADES ESPECIAIS DE EXECUÇÃO
POR QUANTIA CERTA

CAPÍTULO 23. EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE (PANORAMA GERAL).....		603
23.1	Noções gerais.....	603
23.2	Legitimidade	604
23.3	Competência.....	605
23.4	Requerimento de declaração de insolvência formulado pelo devedor ou seu espólio.....	605

23.5	Requerimento de declaração de insolvência formulado pelo credor.....	606
23.6	Sentença declaratória de insolvência	608
23.7	Administrador da massa	609
23.8	Verificação e classificação dos créditos. Credores retardatários e sem título executivo.....	609
23.9	Pagamentos aos credores. Saldo devedor. Extinção das obrigações	610
23.10	Concordata civil suspensiva. Pensão para o insolvente	611
CAPÍTULO 24. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA		617
24.1	Fundamentos constitucionais.....	617
24.1.1	Sequestro	619
24.1.2	Os créditos de natureza alimentar.....	619
24.1.3	Momento de pagamento e atualização monetária	620
24.1.4	Crédito de “pequeno valor”: dispensa de precatório.....	621
24.1.5	Compensação com créditos detidos pela Fazenda devedora	622
24.1.6	Uso de precatórios para compra de imóveis.....	624
24.1.7	Cessão de créditos	624
24.1.8	Assunção de dívidas pela União Federal	625
24.2	Títulos que embasam a execução contra a Fazenda Pública	625
24.3	Procedimento.....	626
24.3.1	Propositura.....	626
24.3.2	Citação	627
24.3.3	Embargos.....	627
24.3.4	Requisição do pagamento	628
24.3.5	Pagamento.....	629
24.4	O parcelamento imposto pelo art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Emenda Constitucional n. 30/2000).....	630
24.5	O regime especial de precatórios (CF, art. 100, § 15, e ADCT, art. 97 – Emenda Constitucional n. 62/2009).....	631
CAPÍTULO 25. EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA		645
25.1	Generalidades	645
25.2	Tipos de alimentos.....	646
25.3	Os títulos executivos.....	646
25.4	Os modos de execução.....	647
25.4.1	Desconto em folha de pagamento	648
25.4.1.1	Procedimento.....	649
25.4.2	Cobrança em aluguéis ou outros rendimentos do devedor.....	650
25.4.2.1	Procedimento.....	650
25.4.3	Expropriação de bens do devedor	651
25.4.3.1	Procedimento.....	651

25.4.4	Coerção (prisão civil)	652
25.4.4.1	Procedimento	653
CAPÍTULO 26. EXECUÇÃO FISCAL		663
26.1	Generalidades	663
26.2	Título executivo	664
26.3	Legitimidade passiva	665
26.4	Procedimento	665
26.4.1	Propositura	665
26.4.2	Recebimento da petição inicial	667
26.4.3	Pagamento imediato ou garantia da execução	667
26.4.4	Penhora. Avaliação	668
26.4.5	Embargos	668
26.4.6	Arrematação	669
26.4.7	Adjudicação	670
26.5	Recursos	670
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES		683